



Apresentação Pública de Estudo Identidade Digital

Transição para o mundo digital deve observar princípios fundamentais

Lisboa, 19 de Abril de 2007 – A adopção da identidade digital, como condição essencial para uma adopção plena do mundo digital, tem subjacente um número alargado de perigos que podem ser contornados se for dada resposta a um conjunto de princípios fundamentais, conclui o estudo Identidade Digital elaborado por um grupo de trabalho da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação e ontem apresentado publicamente em Lisboa.

O documento considera essencial que a migração para o mundo digital permita ao cidadão construir a sua identidade digital, sobre a identidade social, eventualmente melhorando alguns aspectos, mas nunca descurando os elementos que compõem a identidade social, identificam e diferenciam cada cidadão no mundo *offline*.

A adequação do regime jurídico-legal aos desafios do mundo digital é também um aspecto alinhado como crítico pelo grupo que fez o estudo para garantir a segurança de uma sociedade que aposta na digitalização dos seus serviços e da identidade dos seus cidadãos.

Focado na realidade portuguesa, o grupo liderado pelo professor Paulo Veríssimo recupera a opinião de vários especialistas para frisar que a lei da criminalidade informática está obsoleta e que sem a sua actualização será impossível reunir os recursos necessários para lidar com um crime informático cada vez mais sofisticado, em que fenómenos como o roubo de identidade ganham relevância crescente, num cenário virtual onde a obtenção de prova não se coaduna com as regras do mundo físico.

O enquadramento legal adequado é também essencial para garantir a compreensão e confiança do cidadão nas plataformas digitais, um outro princípio que os autores do estudo consideram de importância central para garantir que as TIs são encaradas pelo cidadão sem desconfiança e como necessárias.

Outra mensagem deixada pelo estudo tem a ver com a necessária subordinação da tecnologia ao social. O documento sublinha que “os processos e sistemas informáticos de identidade digital devem adaptar-se aos objectivos da sociedade e às suas partes interessadas e não o contrário”.

Sistema que vai gerir a identidade digital tem de ser visto como crítico

O grupo da APDSI reflecte sobre alguns dos projectos nacionais que dão os primeiros passos para a consolidação da identidade digital, como o Cartão de Cidadão ou o Passaporte Electrónico, manifestando preocupações com questões como a privacidade dos dados ou os mecanismos de segurança integrados.

Paulo Veríssimo sublinhou que mesmo nestes processos já iniciados é essencial “voltar ao início e analisar”. Os principais pontos da análise sugerida devem tocar as propriedades de segurança necessárias ao sistema e processos de ID, definição procedimentos, garantir direitos de privacidade e assegurar a existência de uma cultura de segurança sustentada na Administração Pública.

O grupo considera aliás que a migração tranquila para a identidade digital só poderá ter lugar se os sistemas que forem gerir essa identidade digital forem vistos como críticos e equiparados a sistemas como os das telecomunicações ou electricidade, sujeitos às mesmas regras de previsibilidade e auditabilidade.

Ainda sobre os projectos de identidade digital, o estudo refere a importância de evitar o síndrome de número único, uma questão que o Cartão de Cidadão pode levantar com o modelo escolhido para Portugal, que não usando um número único coloca acessível às autoridades, mas também a um criminoso que lhe tenha acesso, informação identificativa do cidadão perante cinco serviços diferenciados.

O estudo também alerta para a sofisticação crescente dos ataques, o que num cenário de futuro próximo tornará cada vez mais difícil distinguir a fraude de um documento verdadeiro, por exemplo, e para o facto das tecnologias biométricas não serem uma solução milagrosa para este problema.

Cabe ao Estado o principal papel nesta tarefa, garantindo uma transição de segura para o mundo digital, mas o cidadão também não está isento de responsabilidades: “o nível de qualidade que hoje exigimos dos sistemas de informação não é suficiente”, remata Paulo Veríssimo.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde,



Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.

Para mais informações contacte:

APDSI
Associação para a Promoção e Desenvolvimento
da Sociedade da Informação

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606

Fax: +351 212 949 607

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>